

O MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO - MEPE E A FORMAÇÃO DO SEU ACERVO

Gertrudes Gomes Lins
Mestranda em História – Unicap
trudeglins@yahoo.com.br

Resumo: Buscando analisar a trajetória de uma instituição concebida para ser um lugar de memória, pretende-se através deste artigo, conhecer as principais coleções que compõem o acervo do Museu do Estado de Pernambuco – MEPE. Entender como esses objetos foram coletados e como esse Museu, adquiriu ao longo de sua história, um perfil histórico, antropológico, etnográfico e artístico. Criado no final da década de 1920, como Museu Histórico e de Arte Antiga tinha o objetivo de salvaguardar os bens culturais ameaçados de saque dos monumentos que se encontravam descuidados e abandonados no estado de Pernambuco. Os Museus são espaço de salvaguarda, comunicação e aprendizagem, atualmente essa instituição apresenta em suas exposições narrativas de fatos históricos, religiosidade, vida cotidiana, usos e costumes e expressões artísticas do nosso patrimônio. Ao apresentar uma coleção os Museus operam uma transformação simbólica. Os objetos tornam-se, artefatos, obra de arte ou relíquia representando um grupo de pessoas, uma comunidade ou nação.

Palavras-chave: Memória, Coleção, Acervo, Museu do Estado de Pernambuco.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar a formação das principais coleções que compõem o acervo do Museu do Estado de Pernambuco – MEPE e como estes objetos norteiam atualmente o perfil desse lugar de memória, salvaguarda e comunicação. A Instituição foi criada com o objetivo de salvaguardar os bens materiais do patrimônio histórico, artístico e cultural de Pernambuco, que na época encontrava-se ameaçado pelo saque e pela comercialização de antiquários e colecionadores.

O patrimônio histórico e artístico representa simbolicamente a identidade e a memória de uma nação. Para Oliveira, "os objetos são portadores de significados dão suporte à memória coletiva são fonte da história dos homens e da terra [1]", expressões do conhecimento e do poder, requerem um espaço especial para sua guarda: o museu. Esses espaços passam agora a guardar e proteger essas as coleções, objetos que foram privados do uso original recebem outros valores e os significados o de relíquia do passado.

> "A noção de patrimônio confunde-se assim com a de propriedade herdada. O processo pelo qual se forma um patrimônio é o de colecionar objetos, mantendo-os fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial e expostos ao olhar dos deuses ou dos homens. O valor desses objetos é determinado pelos mitos e pelas tradições [2]".

"Um objeto que entra para o acervo de um museu já não significa mais retalho de antiguidade morta, mas pretexto para maior conhecimento do conjunto a que ela representa ou o que simboliza[3]". Segundo Gilberto Freyre: quando uma pessoa fala em cultura nacional ou regional está falando essencialmente em objetos simbólicos. Os objetos tidos como preciosidades que foram salvas de esquecimento pelo museu, agora serão ressignificadas e reapresentadas ao ser humano não mais de forma singular, mas como um objeto plural, os museus são espaços dinâmicos e animados que proporcionam de modo sintético ao visitante uma sensação de ver apalpando, como que tocando com as mãos o que lhe é apresentado. Em 16 de outubro de 1984, Gilberto Freyre, em conferência proferida no Museu de Arte Sacra de Pernambuco – MASPE expõe um novo olhar museológico para os museus:

---

[1] OLIVEIRA, L.L. Cultura é patrimônio: um guia. 2008, p. 141.
[2] Ibid., p.114.
[3] FREYRE,G. Cultura e Museus. 1985, p. 11.

> "Quem hoje diz museu, diz centro de comunicação intelectual da espécie mais atraente, no seu modo de ser educativa. Com os olhos do visitante podendo apalpar quase literalmente o que veem. Pois passou a época dos museus apenas conservadores de relíquias preciosas e quase sagradas [4]".

A preocupação com a salvaguarda do patrimônio cultural tem início no Brasil nas décadas de 1920/1930, quando medidas de preservação passaram a ser adotadas para os bens culturais da Nação. A cidade do Recife, durante a década de 1920, passa por transformações urbanísticas em prol da modernidade, muitos monumentos foram demolidos, gerando descontentamento por parte de alguns intelectuais da época. Segundo Rodrigo Cantarelli, as discussões em torno da proteção e da conservação do patrimônio nacional adquiriram o estatuto de projetos legislativo. Nesse período alguns intelectuais já alertavam para uma perda irreparável dos monumentos históricos do período colonial, defendendo uma política de proteção. "As primeiras décadas do século XX foram marcadas por grandes transformações que buscavam modernizar as cidades brasileiras aproximado-as dos modelos europeus[5]" com o Recife isso não foi diferente a cidade também tinha aspirações de possuir contornos semelhantes aos moldes europeus.

Quanto a essas transformações do bairro do Recife, José Luiz da Mota Menezes nos revela como essas modificações aconteceram. Marcadas por dois grandes momentos: o primeiro, entre os séculos XVI e XIX, com a conquista lenta das terras seca, aproveitando os assoreamentos criando novas ruas nos aterros sobre os rios e mangues, e o segundo depois de 1907, com a abertura de grandes avenidas, mutilando o Recife e rompendo o equilíbrio que existia: "A primeira mutilação se dá após as obras do Porto e como decorrência, a abertura, depois da destruição do Recife mais antigo, o núcleo original desde a igreja do Corpo Santo, das atuais avenidas Rio Branco e Marquês de Olinda[6]". Essas mutilações gera grande descontentamento por parte dos intelectuais e saudosistas da época.

O sentimento dessa época era de desaprovação em relação às modificações urbanas da cidade do Recife, os intelectuais, queixavam-se de que a fisionomia tradicional da cidade estava descaracterizada já não se reconhecia a velha cidade do Recife, e a evasão constante de bens culturais para fora do País, provocava constante descontentamento de alguns intelectuais

---

[4] Ibid., p. 11.
[5]CANTARELLI, R. **Contra a conspiração da ignorância com a maldade: inspetoria de monumentos de Pernambuco.** 2014, p.28
[6]MENEZES, J.L.M. **Atlas histórico-cartográfico do Recife.**1988, p.45.

da época como: Mário Melo, Aníbal Fernandes, Gilberto Freire, Manuel Bandeira, José Estelita entre outros.

Era urgente criar uma legislação que protegesse nosso patrimônio, unidos nessa luta, esses ilustres indivíduos iniciaram um movimento para a criação de uma Inspetoria e um Museu assim como já havia acontecido em outros estados como Minas Gerais e Bahia. Lamentava o jornalista Aníbal Fernandes no ano de 1929, sobre o pseudônimo de Antônio Ricardo[7], em sua coluna do jornal A Província: "Nessa atmosfera de elegante indiferença pelo passado, com exceção do passado teatralmente patriótico ou militar, derrubaram os Arcos da cidade, botou-se abaixo a Igreja do Corpo Santo [8]", "A destruição continuou, por aí a fora, implacável, e sempre no meio da indiferença coletiva. Meteram abaixo os arcos, meteram abaixo o Corpo Santo, venderam como ferro velho, os canhões de bronze de nossas fortalezas, fundiram-se outros (...)[9]", como tantos outros o jornalista Aníbal Fernandes não aceitava de bom grado essas demolições e frequentemente publicava artigos cobrando das autoridades uma medida eficaz que protegesse nosso patrimônio.

O historiador e jornalista Mário Melo, também aborda frequentemente o tema de políticas públicas de preservação do patrimônio em sua coluna diária no Jornal Pequeno[10], "Os arcos da Conceição e Santo Antônio foram demolidos no Século XX sob a alegação de que não permitiam o fluxo de um tráfego que então era incipiente. O da Conceição em 1913 e o de santo Antônio em 1917. Puro interesse de uma modernidade desejada, mas ainda não tão necessária[11]". Suas crônicas tinham como alvo doutrinar o povo em todos os ensinamentos, principalmente no tocante a valorização dos nossos bens culturais.

Tanto Mário Melo como Aníbal Fernandes, contribuíram bastante para a criação de uma política pública de preservação do patrimônio do estado de Pernambuco, juntamente com o então governador Estácio Coimbra, o movimento de preservação avança para a criação de uma Inspetoria e um Museu no Estado a exemplo da Bahia e Minas Gerais. A dispersão do patrimônio artístico de Pernambuco era uma preocupação pertinente como podemos ver nesse artigo de Mário Melo:

> "Vemos constantemente disperso o patrimônio artístico de Pernambuco sem que haja uma lei protetora. Em 1926 pedimos ao congresso qualquer medida nesse sentido. Não nos ouviram. No ano seguinte, a Bahia votou aquilo que pedíamos para

[7] O Jornalista Aníbal Fernandes se utilizava de vários pseudônimos em sua coluna no jornal A Província. (NASCIMENTO, L. **Dicionário de pseudônimos de jornalistas pernambucanos**.1968).
[8] RICARDO, A. A lápide de Frei Caneca. **A província**, 13 jun.1929.
[9] FERNANDES, A. Ardores de cristão-novos. **A Província**, Recife, 10 nov.1929.
[10] Periódico vespertino de grande aceitação, circulou no Recife de 1898 a 1955, (NASCIMENTO, 1968).
[11] MENEZES, 2015, p. 77.

> Pernambuco: Uma Inspetoria dos Monumentos Nacionais. Não se remove uma telha de casa ou de igreja velha, sem licença da inspetoria. Não se embarca objetos de arte antiga sem que a Inspetoria o avalie para pagamento de 300% de imposto sobre o valor da avaliação. Em caso de sonegação, o objeto será confiscado para o museu e o proprietário pagará multa equivalente ao dobro do seu valor. Assim é possível defender o patrimônio artístico do povo [12]".

É dentro dessa atmosfera de preservação e proteção do nosso patrimônio que os museus começam a ser criados no Brasil e Pernambuco se antecipa ao Governo Federal, na defesa da memória nacional e na preservação do seu patrimônio histórico, artístico e cultural. Em 08 de fevereiro de 1929, por meio do Ato nº 240, expedido pelo então Governador do Estado de Pernambuco, Estácio de Albuquerque Coimbra, em decorrência do que dispunha na Lei Estadual de nº1918, de 24 de agosto de 1928. Lei essa pioneira no Nordeste e no Brasil, que autorizava o Governo do Estado a criar a Inspetoria Estadual de Monumentos e um Museu Histórico de Arte Antiga[13].

"Pernambuco deve organizar a defesa dos seus monumentos, devemos organizar um serviço de proteção aos sítios e monumentos de interesse não só histórico como artístico". Estas são as palavras que José Estelita, engenheiro civil a serviço do Estado, quando escreve um artigo no jornal A Província de 06 de janeiro de 1929.

> "Para evitar os constantes atentados no nosso patrimônio artístico e por termo ao desaparecimento que se tem verificado do que se relaciona ao nosso passado histórico, o Congresso Legislativo do Estado discutiu e aprovou em julho do ano p. passado, o projeto nº 5. Este projeto autoriza o governador a criar um serviço de defesa do nosso patrimônio artístico e histórico e também um museu de arte retrospectiva que lhe deverá ser anexo, destinado a recolher tudo quanto tiver interesse histórico e artístico, nacional. O governo tomará as medidas necessárias para a conservação de todos os monumentos históricos e artísticos existente no Estado, (...) O que se tem feito no estrangeiro. Em abril de 1906 o congresso deliberou e o presidente da França promulgou uma lei de reforma aos dispositivos já existentes no país. De lá a esta parte ficou organizado um serviço de proteção aos sítios e monumentos naturais de interesse não só histórico como artístico [14]".

O Engenheiro Estelita também sensibilizado com preservação dos monumentos históricos do Recife publica frequentemente artigos incentivando a conservação dos nossos bens e exigindo medidas efetivas de políticas públicas para a preservação do nosso patrimônio. Gilberto Freyre elogia e enfatiza o pioneirismo do então Governador Estácio Coimbra, em criar um Museu sociocultural, que não exaltava apenas grandes feitos militares

[12] MELO, M. Em defesa do nosso Patrimônio, Jornal Pequeno, Recife, 26 jul 1928.
[13] AMARAL, N. Museu do Estado de Pernambuco In Folheto – Patrimônio Cultural de Pernambuco, 1985.
[14] ESTELITA, J. Pernambuco deve organizar a defesa dos seus monumentos. A Província, Recife, 06 jan 1929.

ou políticos, mas também o singular, o comum, se referindo aos utensílios de uso domésticos do cotidiano que integravam também o acervo do recém-criado Museu do Estado. Deslocando assim o foco de museu apenas dos fatos e personagens históricos.

> "(...) sem se recordar ter surgido no Recife o primeiro museu brasileiro antecipadamente sociocultural. Com ênfase em cotidianos regionais, através de formas características de vivência e de convivência apresentaram móveis, louça, utensílios culinários, alimentos, recreações, deslocando os desempenhos, de museus, de exclusivas glorificações de grandes feitos militares ou políticos, para o registro de dias significativamente comuns. Iniciativa, esse museu antecipado, de governador de visão superior: Estácio Coimbra [15]".

Para Freyre, Estácio Coimbra antecipou-se em criar, em Pernambuco, não só um museu com ênfase em narrativas de cotidianos regionais, mas também as primeiras defesas de valores históricos e artísticos do Brasil, sendo a Inspetoria Estadual de Monumentos, criado anteriormente ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN.

AS PRINCIPAIS COLEÇÕES DO MEPE

No período de 1929 a 1933 o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco, juntamente com a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais de Pernambuco, se instalam na cúpula do Palácio da Justiça, e o Museu expõe suas primeiras aquisições: a coleção do Comendador Baltar e a coleção do Liceu de Artes e Ofícios. De 1929 /1930 o Museu é dirigido pelo Deputado e Jornalista Aníbal Gonçalves Fernandes e de 1930 /1933 é sucedido pelo Jornalista Mario Melo. Após a revolução de 1933, as instituições foram extintas pelo interventor federal em Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, através do Decreto 260 de 30 de dezembro de 1933, o museu tem sua exposição desmontada e seu acervo transferido para a Biblioteca Pública do Estado [16].

O acervo do Museu ficou sob a guarda provisória da Biblioteca do Estado, de 1934 a 1940, quando surgi no país, uma nova política cultural sobre a preservação dos bens patrimoniais e o Museu do Estado é recriado pelo Decreto nº 491, de 10 de maio de 1940,

[15] HEITOR, 2017, p.90.
[16] CANTARELLI, 2014, p. 31-32.

sendo inaugurado na edificação onde atualmente se encontra[17]. O Museu do Estado de Pernambuco está instalado num edifício do século XIX, que pertenceu ao Dr. Augusto Frederico de Oliveira filho do Francisco Antônio de Oliveira, "o Barão de Beberibe". Situado no bairro das Graças na Av. Rui Barbosa 960, seu acervo apresenta atualmente um perfil histórico, antropológico, etnográfico e artístico[18]. Este acervo Plural foi constituído progressivamente através dos anos e está constituído por diversas categorias: artes plásticas, arte popular, material arqueológico e etnográfico de povos indígenas e afro-brasileiros, peças do período da dominação holandesa em Pernambuco, iconografia do Recife e seus arredores e outros.

A prática de colecionar os mais variados objetos, por gosto ou por necessidade, faz parte da tradição humana; atendendo a cobiça e a ambição de permanência e de controle do mundo através dos objetos os quais o indivíduo se vincula ao longo da vida. A posse de determinadas objetos em coleções são fontes de prazer estético para quem as coleciona, confere prestígio, riqueza e poder ao possuidor destas curiosidades intelectuais. Portanto, guardar, armazenar, catalogar e organizar em um acervo é anseio do indivíduo que possui estes elementos de distinção. Pomian, assim define coleção:

> Coleção pode ser definida como qualquer conjunto de objetos, naturais ou artificiais mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num lugar fechado, preparado para esse fim, e exposto ao olhar do público pela instituição que os abriga ou por seu proprietário [19].

Desde sua criação o Museu do Estado de Pernambuco guarda parte da história de Pernambuco, seu acervo, ao longo de sua existência foi ampliado, através de doações de coleções particulares, aquisições do governo, transferências institucionais, ou doações avulsas que contribuíram com a formação do acervo do MEPE. Na sua coleção inicial, que pertencia ao Comendador José Ferreira Baltar, adquirida pelo o Estado de Pernambuco em 1929, em dois momentos distintos: no primeiro comprado diretamente ao espólio do Comendador e no segundo em leilão público.

Nessa primeira compra, constava um vasto acervo de iconografia de Pernambuco com gravuras e fotos da cidade que vão desde o período holandês até princípios do século XX. Além de álbuns encadernados com fotografias do Recife do século XIX, destacam-se os dois álbuns de gravuras editadas pelo litógrafo alemão F.H.Carls: Memória de Pernambuco

[17] PERNAMBUCO, 1991, p. 15.
[18] PEDROSA, 2009, p. 4.
[19] POMIAN, 1984.

(Álbum para os amigos das artes) -1863 com desenhos de Luís Schlappriz e o Álbum de Pernambuco e seus arredores – 1878 com desenhos de Luís Krauss[20]. Além do Livro de Gaspar Barleus de 1647, um significativo acervo de etnografia de povos da região do Amazonas; compreendendo: cerâmica, flechas, remos, instrumentos musicais, adornos plumário e outros objetos utilitários. Na segunda compra, a outra parte da coleção adquirida em leilão público, o Estado adquiriu 16 pinturas do pintor paisagista pernambucano Jerônimo José Telles Júnior (1851 - 1914)[21]. A aquisição dessa importante coleção se deu em dois momentos conforme esta descrita e quantificada na reportagem publicada no Jornal A Província, em 18 de abril de 1929, ao mesmo tempo que relata o grande interesse do Governador Estácio Coimbra em se antecipar ao leilão do Comendador Baltar.

> Desde que os herdeiros do comendador, Baltar resolveram desfazer-se da coleção de quadros, objetos de arte, gravuras, estampas, fotografias, mapas, livros, documentos diversos referentes à vida histórica do Recife, que o governo do Estado entrou em estabulações para a aquisição do que podia interessar ao Museu Histórico recentemente criado. (...) a venda dos seguintes objetos, considerados indispensáveis àquela repartição: 31 quadros, compreendendo estampas, gravuras, telas referentes ao Recife e a Olinda, desde o domínio holandês até hoje; um volume de Barleus, um de Francis Plante, um sobre a recepção de Pedro II a Pernambuco, uma História do Brasil em gravuras, duas cartas patentes, armas e apetrechos indígenas, cinco álbuns de fotografias antigas do Recife, três pastas com gravuras, um lote de objetos indígenas (Cerâmica) [22]".

O segundo momento detalha como a aquisição dos quadros do pintor Teles Júnior foram adquiridos no leilão. O governo do Estado não fez nessa mesma ocasião a aquisição das obras de Telles Júnior, aguardaria o leilão para arrematar em ata pública o que conviesse e no referido leilão arrematou dezesseis quadros do pintor paisagista Jerônimo José Telles Júnior. Conforme relata Aníbal Fernandes em seu artigo Os quadros de Telles Júnior publicado no Jornal A Província de 16 de abril de 1929. O Recife através da coleção Baltar, é o título do artigo publicado no jornal A Província por Aníbal Fernandes[23] onde ele exalta a atitude do governador do Estado Estácio Coimbra, por adquiri para o Museu Histórico, antes que o martelo do leiloeiro dispersasse, os documentos mais interessantes da vida pernambucana, recolhidos pelo comendador Baltar. "Através da coleção Baltar, temos bem nítida a visão do Recife do século XIX, pelas gravuras, litografias, desenhos e reproduções fotográficas, podemos avaliar o desenvolvimento do Recife**,** desde os tempos da ocupação holandesa até os

[20] MENEZES, 2003, p.42.
[21] MELO, 2003, p.19.
[22] As aquisições da coleção Baltar. A Província, Recife, 18 abr. 1929.
[23] FERNANDES, A. O recife através da coleção Baltar. A Província, Recife, 10 abr. 1929.

nossos dias" publica Aníbal Fernandes, em seu artigo, enaltecendo a perseverança do colecionador Baltar:

> "(...) chega a ser comovente que esse homem passasse a vida a guardar fotografias, a colecionar: gravuras, a enquadrar estampas a que ninguém dava no seu tempo a menor importância. Não fosse a sua paciência, a sua perseverança e a sua paixão pela história de Pernambuco, que nos restava hoje,(...) [24]".

A coleção liceu de Artes e Ofícios foi adquirida por doação, em 1930, cerca de 127 peças, entre mobiliário D. João V e VI, palanquim, porcelana chinesa, e japonesa, além de retratos[25]. Esta coleção, segundo Rodrigo Cantarelli, teria sido composta por um numero bem maior de peças. Além do mobiliário já citados, destacaria o conjunto de mobília do marceneiro francês Julian Béranger, o Palaquim ou Cadeirinha de Arruar da demolida (1913) Igreja do Corpo Santo, além dos objetos decorativos em cristal e porcelana europeia. Parte desta coleção foi transferida para o governo do Estado e através de acordo, estas peças ficariam numa sala especial denominada, Sala Liceu de Artes e Ofícios, pois as mesmas pertenciam ao Museu de Arte do Liceu. Além do mobiliário, fazia parte da transferência duas pinturas de Telles Junior, um retrato do Imperador D. Pedro I e dois retratos das princesas: D. Leopoldina e D. Tereza Cristina[26].

Além dessas duas coleções oficiais da exposição inaugural do Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco, constaram também outros objetos que foram doados de forma avulsa pela sociedade em geral, na maioria das vezes, estes objetos estavam ligados à memória de familiares que tiveram certa importância no passado. Estas doações podem ser interpretadas como a forma de a sociedade mostrar a importância que suas famílias tiveram no passado e se fazerem representar no museu [27].

Outras coleções possuem destaque dentro do acervo do Museu do Estado, é o caso da Coleção Culto afro-brasileiro – Um testemunho do Xangô pernambucano, chegou ao Museu do Estado por via da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, em 1940, composta por 307 objetos de culto ao Xangô pernambucano, apreendidos em decorrência da repressão policial às manifestações culturais de origem africana. São objetos de diferentes materiais, tecnologias, formas, estéticas e destinações de uso religioso nos terreiros. Segundo Raul Lody, Xangô é um orixá na tradição Nagô/Youruba no Brasil, seguido por milhares de

[24] FERNANDES, 1929.
[25] MELO, 2003, p.19.
[26] CANTARELLI, 2014, p.131
[27] CANTERELLI, 2014, p.135.

pessoas em Pernambuco, seu nome também identifica modelo religioso. A coleção sob guarda do Museu do Estado traz ancestralidade, história e memória africana, de afrodescendentes que encontraram suas simbolizações no Nordeste. Para Pernambuco, essa coleção adquire valor próprio por significar parcela do que se compreende por patrimônio histórico e cultural do estado[28].

De igual importância, Coleção Carlos Estevão de Oliveira reúne 3.320 peças doadas por sua família ao Estado de Pernambuco em 1947. Essa coleção foi constituído por Carlos Estevão no período em que esteve como diretor do Museu Emílio Goeldi no Pará de 1930 até seu falecimento. Merecem destaque o Material Arqueológico de Marajó e Santarém, e os artefatos confeccionados em plumária. São artefatos de 54 povos indígenas do Nordeste e do Amazonas do Brasil e dos Andes[29]. Destaca-se ainda o Mapa Etnolinguístico dos povos indígenas do Brasil, confeccionado pelo antropólogo alemão Curt Nimuendaju nos anos de 1930 a 1946.

Segundo Renato Athias, são objetos que fazem parte da vida cotidiana, cerâmicas, trançados, adornos corporais, vestimentas, objetos cerimoniais, armas, instrumentos musicais. Muitos desses artefatos preservam saberes já perdidos por alguns povos e guardam técnicas já em desuso, assim, estes artefatos coletados no início do século XX são a memória de povos que já perderam o saber e o fazer de seus artefatos. As exposições de longa duração e as mostras temporárias organizadas pelo Museu indicam o quão importante são esta coleção, dando visibilidade as riquezas, a vida, os costumes e a cultura material dos povos indígenas do Brasil.

A Coleção Brás Ribeiro, composta por 1.800 itens, seu acervo foi adquirido depois da sua morte, pelo Decreto de desapropriação nº 1.338 de 1950, a exposição inaugural aconteceu em 16 de janeiro de 1951. Brás Ribeiro foi funcionário do museu desde a sua criação[30]. Sua coleção composta por objetos de cristais, porcelana e mobiliário com peças representativas do período do Brasil colônia e Império, destacaria as significativas imagens de arte sacra, constituídas dos mais diversos materiais madeira policromada, marfim e terracota.

A coleção de Ex-votos de Lívio Xavier, adquiridas em 1984 e composta por 250 imagens votivas. São escultura em madeira ou cerâmica representando partes do corpo humano, ou de animais ou cenas pintadas com legendas identificando a enfermidade e o autor

[28] LODY, 2003, p.252.
[29] ATHIAS, 2003, p. 284.
[30] MELO, 2003, p. 19.

do pedido. A cultura de oferendas pertence ao culto religioso católico romano destinado ao pagamento de promessas ou graças alcançadas[31].

O acervo de artes plásticas do Museu do Estado de Pernambuco é um dos mais importantes do Nordeste Brasileiro define a historiadora e artista plástica, Tereza Costa Rego enquanto diretora da instituição. Ao difundir seu acervo, o museu devolve ao seu verdadeiro proprietário seu acervo cultural. É em busca desta identificação que o visitante procura nos museus, por sentir-se proprietário e agente deste patrimônio cultural que está em constante enriquecimento e em constante transformação. A Pinacoteca do MEPE possui obras:

> (...) dos séculos XVII – XVIII – XIX e XX, compreendendo doações do Estado, de colecionadores e o conjunto de obras premiadas nos Salões do Estado que representa, de certa forma, um registro da história da Arte Pernambucana em quase 50 anos, enriquecido anualmente com novos salões cujo processo é contínuo [32].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destinado inicialmente a ser um órgão apenas de coleta e salvaguarda de bens materiais, o Museu do Estado de Pernambuco, progressivamente firma sua missão de instituição de preservação da memória de Pernambuco. Ao longo de sua história amplia continuamente seu acervo incorporando objetos representativos que revelam a cultura, valores e identidades do seu povo. Fundado em 1928, o MEPE, possui artefatos históricos e artísticos que percorrem desde a pré-história até a contemporaneidade. Este acervo foi constituído, essencialmente, através de doações de Órgãos Públicos, famílias influentes ou aquisições pelo Governo do Estado [33].

A alternância de mostras e exposições favorece na dinamização do acervo, facilita a comunicação e possibilita a apresentação de novos enfoques sobre patrimônio artístico. O museu por tanto se torna um museu vivo, oferecendo ao público um aprendizado polivalente e renovado pela mobilidade das mostras transitórias. O museu vivo aproxima o visitante, torna-o cúmplice da importância da preservação da memória cultural do país e do estado,

[31] PEDROSA, 2009, p. 22.
[32] REGO, 1991, p. 10.
[33] PEDROSA, 2009, p. 11.

descentralizando e redistribuindo o conhecimento dos bens da cultura material conforme diz Radha Abramo [34].

O Patrimônio Material salvaguardado no acervo do MEPE, impregnando de significados, quando apresentado através de exposições e mostras, dialogam entre si ou separadamente, com narrativa de povos Indígenas das Américas, religiosidade Afro-brasileira e Colonizadores europeus (portugueses e holandeses). Ao apresentar uma coleção, os museus operam uma transformação simbólica. Os objetos tornam-se, artefatos, obra de arte ou relíquia. E dessa maneira passavam a representar categorias abstratas, como evolução da espécie, a identidade de um grupo, a nação[35].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Neusa – **Museu do Estado de Pernambuco in Folheto - Patrimônio Cultural de Pernambuco.** Folheto nº 32, Ano III, Agosto 1985 - Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Turismo, Cultural e Esportes, Fundarpe, Conselho Estadual de Educação, 1985.

ABRAMO, Radha. **Apresentação. In Museu do Estado de Pernambuco Catálogo Pinacoteca**. Recife: CEPE, 1991.

CANTARELLI Rodrigo. **Contra a conspiração da ignorância com a maldade: inspetoria de monumentos de Pernambuco**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Cultura e Museus Recife.** Recife: FUNDARPE, 1985.

HEITOR, Gleyce Kelly; CHAGAS, Mário (Org.). **O pensamento museológico de Gilberto Freyre.** Recife: Massangana, 2017.

MELO, neto, Ulysses Pernambucano de. **Um pouco de história. In O Museu do Estado de Pernambuco.** São Paulo: Banco Safra, 2003.

MENEZES, José Luiz Mota (Org.). **Atlas histórico-cartográfico do Recife.** Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

_____, José Luiz Mota. As **várias imagens da cidade. In O Museu do Estado de Pernambuco**. São Paulo: Banco Safra, 2003.

_____, José Luiz Mota. **Mobilidade urbana no Recife e seus arredores**. Recife: Cepe, 2015.

[34]ABRAMO, R. **Apresentação. In Museu do Estado de Pernambuco Catálogo Pinacoteca**.1991,

[35] OLIVEIRA, 2008, p. 146.

NASCIMENTO, Luiz do. História da Imprensa de Pernambuco – 1821/1954 (vol. II – Diários do Recife – 1829/1900). Recife: Imprensa Universitária, 1966.

_____, Luiz do. Dicionário de pseudônimos de jornalistas pernambucanos. Recife: Imprensa Universitária, 1968.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **Cultura é patrimônio: um guia.** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PERNAMBUCO, Museu do Estado de. **Catálogo - MEPE**. São Paulo: Banco Safra, 2003.

PERNAMBUCO, Museu do Estado de. Catálogo: **Coleção culto afro-brasileiro - um testemunho do xangô pernambucano.** Recife: MEC, SEC, FUNARTE, 1983.

PERNAMBUCO, Museu do Estado de. Catálogo: **Pinacoteca .** Recife: CEPE, 1991.

PEDROSA, Kleber (Org.). **Um Museu itinerante. Museu do Estado de Pernambuco.** Recife: Secretaria de Educação, Governo do Estado de Pernambuco, 2009.

LODY, Raul. **Xangô, o sagrado do viver pernambucano. In O Museu do Estado de Pernambuco.** São Paulo: Banco Safra, 2003.

REGO, Tereza Costa. **Apresentação. In Museu do Estado de Pernambuco. Catálogo Pinacoteca**. Recife: CEPE, 1991.

FONTES

1.ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERECIANO - APEJE – Setor de Periódicos

1.1. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Atos do Poder executivos, Lei Nº 1918 em 24 de Agosto de 1928 – Estácio de Albuquerque Coimbra, Dr. Gustavo Guimarães – **Diário do Estado**, Recife, 26 de agosto de 1928, p. 1.

Diário do Poder Executivo, Decreto Nº 491 de 10 de Maio de 1940 - Criação do Museu do Estado de Pernambuco – Interventor Federal, Agamenon Magalhães, Arnóbio Tenório Vanderlei e José do Rego Maciel – **Diário do Estado**, Recife, 11 de Maio de 1940 p. 1.

2.HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL – Setor de Periódicos

2.1. JORNAL PEQUENO

MELO, Mário. Em defesa do nosso patrimônio. **Jornal Pequeno**, Recife, 26 jul. 1928

Comendador José Ferreira Baltar - Missa 7º dia. **Jornal Pequeno,** Recife, 11 out. 1928.

Inauguração Museu do Estado. **Jornal Pequeno**, Recife, 08 set. 1930.

Dr. Mário Melo. **Jornal Pequeno**, Recife, 05 dez. 1931.

2.2. JORNAL - A PROVÍNCIA

ESTELLITA, José. Pernambuco deve organizar a defesa dos seus monumentos. **A Província**. Recife, 06 jan. 1929.

Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais. **A Província,** Recife, 10 fev. 1929.

FERNANDES, Aníbal. O Recife através da coleção Baltar. A Província, Recife, 10 abr. 1929.

_____, Aníbal. Os quadros de Telles Júnior.A Província, Recife, 16 abr. 1929.

As aquisições da coleção Baltar. A Província, Recife, 18 abr. 1929.

A aquisição das obras de Telles Júnior pelo Estado. **A Província**, Recife, 03 mai. 1929.

RICARDO, Antônio [Aníbal Fernandes]. A lápide de Frei Caneca. **A Província**, Recife, 13 jun. 1929.

FERNANDES, Aníbal, Ardores de cristãos-novos. **A Província**, Recife, 10 nov. 1929.

A inauguração do Museu do Estado. **A Província,** Recife, 07 ago. 1930.